



SINDFORTE-RN

NA PROSEGUR MOSSORÓ TRABALHADORES DA TESOURARIA BANCÁRIA VÃO PARAR EM HOSPITAL POR VAZAMENTO DE PRODUTO QUÍMICO



Na tarde do dia 10/07/19 os trabalhadores da Tesouraria Bancaria da empresa Prosegur Unidade Mossoró – RN, passaram mal ao se deparar com o acionamento involuntária do (SIPE) Sistema de Injetor de Poliuretano Estendido, onde os mesmos realizavam suas atividades normalmente, quando foram pegos de surpresa com o acionamento involuntário do sistema. Portanto os trabalhadores informaram que passaram momentos de muito medo e pânico sem saber o que fazer para poder sair do setor, pois o mesmo tem o sistema de Inter travamento das porta que são

liberadas por outro Estado e que leva um certo tempo para abrir, e com isso os trabalhadores relataram que tinham a sensação que iriam morrer. Vale salientar que a Base de custodia da empresa Prosegur ao tomar conhecimento do acionamento do (SIPE) a mesma efetuou o travamento de todas as portas de acesso bloqueando a saída de todos os trabalhadores do local, onde os mesmos tiveram que passar pelo passa malotes e a inda aguarda a liberação das portas de acesso que foram feitos por outro estado, sendo que os trabalhadores ficaram presos por 40 minutos dentro do local, em seguida os mesmos foram encaminhados para o hospital com náusea de vômitos onde tiveram que passar por vários tipos de exames em virtude a inalação da fumaça. Porém num outro sinistro ocorrido na mesma unidade, este sindicato solicitou de urgência uma fiscalização da Policia Federal e encaminhou o fato ao Ministério Público. Então fica agora o registro do segundo sinistro com o sistema conhecido como (SIPE), será que só vai ser tomada alguma providencia quando morrer um trabalhador como ocorreu em São Paulo?

Fonte: Sindforte RN

SINDICATO SVNIT DENUNCIA A EMPRESA DE SEGURANÇA THREE LIONS.



A Diretoria do Sindicato dos Vigilantes de Niterói e regiões esta encaminhando na próxima segunda feira dia 15/07/19 para o departamento Jurídico do Sindicato as pendências da Empresa de Segurança THREE LIONS com o objetivo de entrar uma ação na Justiça contra a empresa por não cumprir a CCT e o seu contratante por não fiscalizar a empresa contratada deixando que a THREE LIONS burle os direitos dos trabalhadores.

A empresa de Segurança THREE LIONS que presta serviço para o ASSAI ATACADISTA na base territorial do Sindicato vem descumprindo já a algum tempo com as suas obrigações para os trabalhadores, ex. não recolhimento do FGTS denuncia feita pelos trabalhadores, pagamento do salário fora do prazo sem a multa pelo atraso, além disso, também não vem recolhendo para o benefício social e não esta repassando os

valores para que o Sindicato possa oferecer o plano ambulatorial para os Vigilantes da nossa base territorial conforme determina a CCT em Vigor, inclusive a empresa se encontra 02 protesto em cartório.

O mais absurdo é que a empresa esta recebendo do contratantes os percentuais que foram embutidos dentro do índice para repactuação para os contratantes e não repassa para o trabalhador o que é de direito deles.

A direção do Sindicato Svnit já denunciou ao setor de Segurança do ASSAI ATACADISTA as irregularidades e como não foi tomado nenhuma providencia amanha dia 13/07/19 a direção do Sindicato estará protocolando nas lojas do ASSAI ATACADISTA na nossa base territorial um oficio onde reafirmamos a denuncia e este oficio será juntado ao processo que estamos providenciando contra a empresa e o contratante.

Infelizmente o ASSAI ATACADISTA tem contratado empresas de Segurança que não cumprem com a suas obrigações para os trabalhadores e quando sai do contrato não pagam as rescisões de contrato de trabalho dos Vigilantes obrigando os trabalhadores a ter que entrar na justiça para receber os seus direitos.

Fonte: Sindicato dos Vigilantes de Niterói e regiões.

SÃO PAULO

BB prefere deixar agência fechada a providenciar segurança

Já faz mais de uma semana que o Sindicato fechou a unidade da rua Carijós, em Santo André, que não tem sequer um vigilante, e o banco não se posicionou até agora



A agência do Banco do Brasil da rua Carijós, em Santo André, foi fechada por falta de condições de trabalho. Um dos graves problemas ali é a falta de segurança, porque não há nenhum vigilante. E, além disso, o local tem poucos funcionários, sobrecarregando de trabalho os bancários e prejudicando o atendimento a clientes e usuários.

Por isso o SINDICATO DOS BANCARIOS decidiu fechar a unidade, cobrando providências imediatas do banco para a reabertura. Só que até agora o Banco do Brasil não deu resposta, num completo descaso com seus trabalhadores (que foram alocados em outra agência) e também

com a população, que depende da unidade para fazer suas transações bancárias.

“O BB é um banco público, que tem compromisso com o desenvolvimento da sociedade brasileira e da comunidade local. Mas nos últimos meses vem fechando agências em várias cidades, inclusive na nossa região. É uma tentativa de piorar os serviços, e desmontar o banco, com o objetivo de privatizar”, afirma o diretor sindical Otoni Lima.

O sindicato exige providências imediatas para que a agência seja reaberta.

Fonte: Sindicato dos Bancários de SP

Governo Bolsonaro aumenta burocracia para conseguir pensão por morte pelo INSS



Sob a justificativa de realizar um “pente-fino” no sistema previdenciário, o governo Bolsonaro alterou as regras para concessão de benefícios como a pensão por morte. A lei 13.846, sancionada no final de junho e derivada da Medida Provisória (MP) 871/2019, traz uma lista de exigências que dificultará o acesso ao benefício pago pelo INSS.

A principal delas diz respeito aos documentos que comprovem união estável, que devem ser de até 24 meses antes da morte do segurado. Antes, o requerente conseguia a pensão apenas com testemunhas.

Para a advogada Adriana Bramante, presidenta do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário, as novas regras dificultarão o acesso aos benefícios principalmente para os que mais precisam. “Em muitas situações de vulnerabilidade, a pessoa não tem imposto de renda, não tem endereço, mora na comunidade, está na roça. Essa alteração dificultará sobremaneira a concessão desses benefícios para esses requerentes.”

O chamado “pente-fino” do INSS, segundo o

governo, deve levar a uma economia de R\$ 9,8 bi no primeiro ano de vigência. Essa economia, entretanto, se dará com a negação do benefício aos cidadãos que tiveram mais dificuldade de enfrentar a burocracia e os obstáculos – em geral, os mais pobres.

A técnica do Dieese Adriana Marcolino avalia que as novas regras têm o intuito de afastar as pessoas dos benefícios previdenciários. “As medidas presentes na 871 são uma prévia da reforma da Previdência. O objetivo é reduzir o acesso aos benefícios ou, se a pessoa já tem o acesso, tentar reduzir o número de pessoas que têm direito. Então criaram medidas que aumentam o tempo de carência para ter direito ao benefício, diminuem o tempo de recebimento. Ou no caso de pensão por morte, dependendo do prazo que a pessoa pedir, não terá direito entre o período do óbito até o período do requerimento.”

Fonte: Rádio Brasil Atual

Câmara aprova destaque que permite viúva receber pensão menor que o mínimo

Presidente da Câmara, Rodrigo Maia quer votar segundo turno nesta sexta; oposição tenta reverter “perversidades” e melhorar situação dos professores



Deputados fazem esforço concentrado, sob comando de Rodrigo Maia, para votar segundo turno nesta sexta

Por 344 votos a 132, após um debate tenso, o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou nesta quinta-feira (11) emenda aglutinativa ao texto base da reforma da Previdência que permite que as viúvas e pensionistas recebam menos do que um salário mínimo. O destaque traz vantagens à aposentadoria das mulheres, permitindo a elas direito de se aposentar com 100% do benefício após 35 anos de contribuição. Pelo texto do relator, Samuel Moreira (PSDB-SP), as mulheres poderiam se aposentar a partir de 15 anos de contribuição, mas só chegariam a 100% após 40 anos de contribuição. Porém, a mesma emenda que beneficia as mulheres restringe o pagamento de pensão por morte

em valor inferior a um salário mínimo a viúvas: somente se a pensão for a única renda de todos os dependentes da família, não poderá ser menor que o salário mínimo. Com isso, uma viúva desempregada, mas com filhos que trabalham não teria direito ao mínimo.

“Foi uma manobra do governo usando a bancada feminina”, disse a deputada Clarissa Garotinho (Pros-RJ). “Nós não podemos defender as mulheres e ir contra as viúvas. A emenda está clara: (em) pensão por morte, viúva receberá apenas 60% do seu salário, isso é inadmissível”, disse a parlamentar, aplaudida pela oposição. “Qual é o valor do salário de cada um de nós aqui dentro? Quanto custa

uma escola dos seus filhos? Deixar uma viúva viver com 60% de um salário mínimo é uma vergonha, uma indignidade”, acrescentou.

O PCdoB havia apresentado um destaque assegurando o salário mínimo como o menor benefício a ser recebido por um pensionista ou viúvas. “Covardia! Os aliados de Bolsonaro conseguiram manter o corte na pensão das viúvas, que poderão receber menos de um salário mínimo!”, escreveu Marcelo Freixo (Psol-RJ) no Twitter. “Retirar o direito a aposentadoria digna das mulheres viúvas, aquelas que ganham pouco, criam seus filhos sozinhas, sem ter muitas vezes condições de trabalhar é desumano”, disse Maria do Rosário (PT-RS) na mesma rede.

A oposição tentou conquistar os votos dos evangélicos, sem sucesso. O placar da votação mostrou apenas um voto a mais da oposição em relação à votação do texto base na quarta-feira (10).

Lideranças da base governista e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), passaram o dia discutindo o teor dos destaques ao texto base da PEC 06/2019. Maia também esteve atento ao quórum do Plenário. Ele afirmou durante a semana que considerava segura a presença de 490 parlamentares para evitar surpresas da oposição, cuja intenção era alterar pontos que o governo e aliados consideravam inegociáveis, como o cálculo da aposentadoria e o tempo mínimo de contribuição. Maia também afirmou que a intenção é votar o segundo turno da votação nesta sexta-feira (12).

Professores

A oposição entrou em Plenário defendendo mudanças em outros pontos, como a questão dos professores, a própria pensão por morte e aposentadoria das mulheres. O presidente da Câmara admitiu que o ponto dos professores pode ser resolvida por acordo. “Tem um destaque ainda dos professores a ser votado. Talvez construa a solução”, disse. Antes, Maia reconheceu a possibilidade de um acordo contemplar um destaque do PDT que diminui a idade mínima de aposentadoria de professores da ativa para 52 anos (no caso das mulheres) e 55 (homens). Segundo o texto base, a

aposentadoria será, respectivamente, de 55 e 58 anos. “De qualquer jeito, tem uma emenda aglutinativa que a gente recupera quase toda a perda da possível vitória desse destaque, se ela ocorrer”, disse Maia.

O deputado André Figueiredo (CE), líder do PDT, disse que “o governo está percebendo que não tem como derrubar o destaque supressivo (sobre os professores)” e o destaque deve ser aprovado. “Já conversamos e dialogamos. Quem ganha são os professores e a educação do Brasil.” Porém, em vídeo publicado no Youtube, ele garantiu já ter conseguido um acordo para a aprovação do destaque. “Conseguimos, dentro desse mar de dificuldades que vai viver a grande maioria da população brasileira para se aposentar ou receber pensões, uma vitória. Foi construído um acordo, dentro do nosso destaque, para que os professores e professoras possam se aposentar aos 55 anos e 52 anos”, disse.

Figueiredo ressaltou que, se estados e municípios, posteriormente, aderirem às regras, a norma seria aplicada também a essas redes públicas. O deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) afirmou que “o Plenário tem o dever de proteger os professores”.

Na tribuna, o autor do relatório declarou ser a favor de melhorar a situação das mulheres e algumas categorias (professores e policiais). Mas ressaltou que nenhuma alteração no texto que possa “destruir a estrutura da reforma” deve ser admitida.

Também em discurso na tribuna, o deputado Paulo Teixeira (PT-SP) lembrou a ação do governo para aprovar o texto de Moreira: “deputados continuarão votando regimento remunerados pelas emendas parlamentares”. “Quem vai se dar bem serão os bancos”, acrescentou.

O PSB apresentou tem um destaque que suprime o aumento do tempo de contribuição de 15 para 20 anos para aposentadoria dos homens. A expectativa é de que a discussão e votação de destaques entre madrugada adentro.

Fonte: RBA

Acordos permitiram mudanças favoráveis a policiais e trabalhadores homens



A aprovação de emendas que alteram as regras para aposentadoria de policiais da União e policiais civis do Distrito Federal e o requisito de tempo de contribuição do homem da iniciativa privada só foi possível depois de acordo entre as lideranças.

A mudança dos policiais foi baseada em uma emenda de autoria do Podemos. “A polícia enfrenta o narcotráfico, as organizações mais perigosas, para defender a nossa pátria e a nossa família”, afirmou o líder da legenda, deputado José Nelto (GO).

Já a retirada do aumento do tempo de contribuição dos homens – ampliado de 15 para 20 anos - foi solicitada pelo PSB. O deputado Aliel Machado (PSB-PR) disse que o novo texto faz justiça. “A proposta do governo não só

aumenta o tempo para 20 anos, como aplica o fator de redução do salário, de 85% para 60%. Isso, na prática, colocado em números reais, nos mostra que mais da metade dos homens filiados ao RGPS não conseguirá se aposentar”, afirmou.

Nos dois casos, o partido Novo não concordou com o acordo. O deputado Tiago Mitraud (Novo-MG) disse que o partido é contra dar benefícios para categorias específicas na reforma. “Por mais que tenhamos apreço aos policiais, não é dando tal benefício que vamos valorizar a categoria e não acreditamos em aumentar ainda mais benefícios de categorias especiais”, disse.

Fonte: Câmara dos Deputados

Aposentadoria especial do vigilante foi pro ralo com a nova reforma da Previdência.



O vigilante foi excluído da aposentadoria especial. Isto significa que o vigilante não pode mais se aposentar com 25 anos de trabalho, caso a reforma seja aprovada.

O governo retirou da proposta o benefício de todos os trabalhadores expostos a periculosidade, como é o caso do vigilante, do eletricitário, dos motoboys, técnicos de radiologia, entre outros.

No atual texto da reforma, as atividades que darão direito à aposentadoria especial serão somente as que expõem o trabalhador a riscos físicos, químicos ou biológicos.

A periculosidade foi descartada do texto da

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

reforma da previdência, o que significa que o profissional vigilante deixará de ter direito a aposentadoria especial.

Somente quem completou os 25 anos até a vigência da nova lei (caso seja aprovada), terá direito adquirido à aposentadoria especial do vigilante.

Se este é o seu caso, recomendamos ir atrás da documentação necessária para a aposentadoria especial.

Fonte: [Blog dos Vigilantes](#)

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF